



Prepare-se
para o novo
relatório do
auditor!

Emae
25/10/2016



Agenda

- 1. Visão geral**
- 2. Quem será afetado pelas alterações?**
- 3. Principais alterações**
- 4. Principais assuntos de auditoria (PAAs)**
- 5. Implementação**
- 6. Modelo do novo relatório**



1. Visão geral

Visão geral

O novo relatório de auditoria trata-se de um passo importante para o aperfeiçoamento da governança corporativa do Brasil.

- ✓ Sem alterar o escopo da auditoria
- ✓ Com os novos requisitos das ISAs
- ✓ Auditor dá aos usuários mais informação sobre a auditoria
- ✓ Aumenta a transparência

Visão geral

O que há de novo?

Todas as entidades!

Parágrafo de opinião
Responsabilidades
Continuidade operacional
"Outras informações"

Só entidades listadas!

Descrição dos principais
assuntos de auditoria
(alteração principal)



2. Quem será afetado pelas alterações

Quem é afetado com as alterações?

Auditor

- Principal responsável pela aplicação das novas exigências
- Descrição mais detalhada da sua responsabilidade e julgamentos
- Maior interação com a alta administração e os responsáveis pela governança

Investidor

- Acesso a informações que não estavam disponíveis antes
- Considerar e incorporar estas informações na avaliação de empresas ou na comparação entre empresas

Administração

- Descrição mais detalhada da responsabilidade da administração, incluindo a descrição das responsabilidades pela continuidade operacional

Comitê ou Conselho

- Interagindo mais com o auditor (discutindo o relatório de auditoria antes da sua divulgação)
- **Principal preocupação:** certificar-se que o relatório do auditor não divulgue informações sobre a entidade que ainda não estão disponíveis publicamente (*informações originais*)



3. Principais alterações

Principais alterações

Alterações	ISA	Entidades listadas	Demais entidades
Reordenação do relatório do auditor (opinião passa a ser a relatório)	700	✓	✓
Descrição das responsabilidades da Administração e do	700	✓	✓
Conclusão sobre a adequada aplicação de continuidade ou não incertezas significativas em relação à capacidade manter operando	570	✓	✓
Declaração explícita de independência do auditor em éticos relevantes e de cumprimento dos demais requisitos Código de Ética	700	✓	✓
Descrição do trabalho executado pelo auditor sobre as as respectivas conclusões	720	✓	✓
Descrição dos principais assuntos de auditoria (PAAs)	701		
Divulgação do nome do sócio do trabalho*	700		

*isso já é obrigatório no Brasil e vai continuar



4. Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

O que é um Principal Assunto de Auditoria (PAA)?

PAA

Assuntos que, segundo o julgamento profissional do auditor, foram os mais significativos na auditoria das DFs do **período corrente** e que mereceram atenção significativa na execução da auditoria.

São selecionados entre os assuntos comunicados com os responsáveis pela governança.



Áreas com risco alto de conter um erro relevante



Áreas das DFs que envolvem julgamento significativo da administração



Fatos ou transações que têm efeito significativo sobre as DFs ou sobre a auditoria

Determinação dos PAAs



Que entidades devem divulgar os PAAs?

Companhias
abertas?

Fundos?

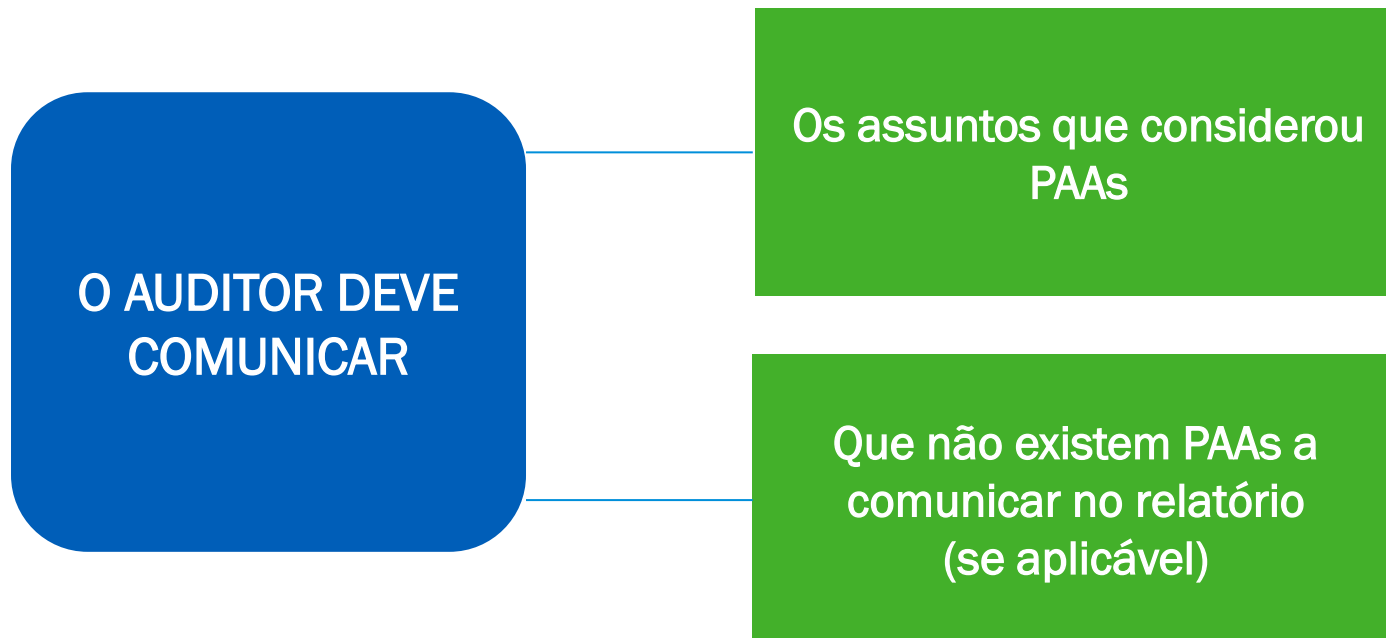
Outras
entidades
registradas na
CVM?



Aplicável para entidade cujas ações, cotas ou dívidas são cotados ou listados em bolsa de valor reconhecida ou são comercializados de acordo com os regulamentos de uma bolsa de valores reconhecida ou outro órgão equivalente

- Não existe ainda uma posição formal do regulador!

Comunicação dos PAAs aos responsáveis pela governança



Como os PAAs serão comunicados no relatório do auditor?

Por que



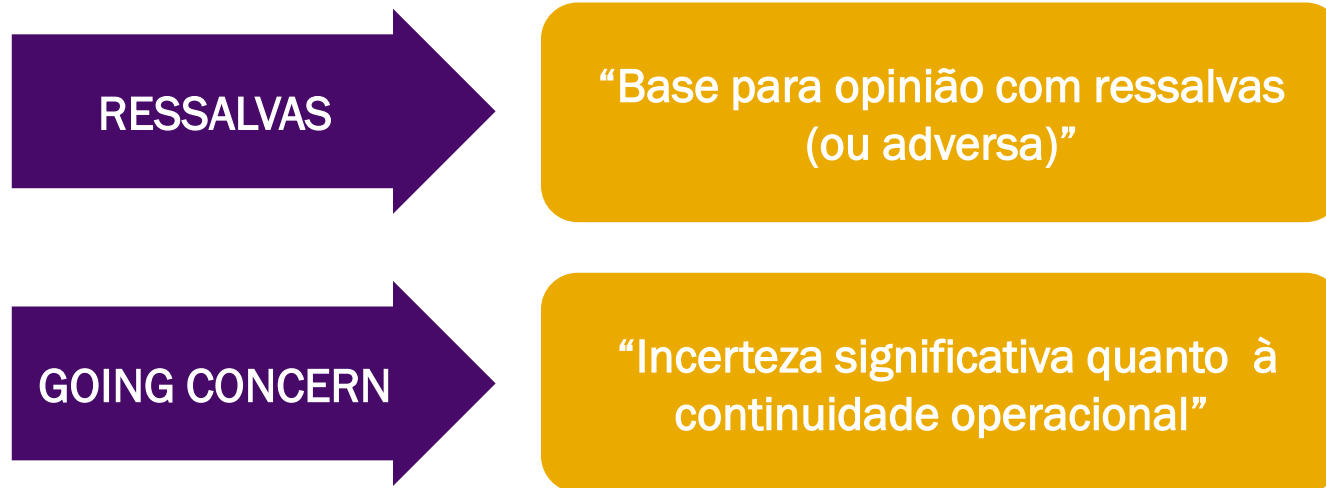
Por que o assunto foi considerado como um dos mais significativos na auditoria?

Como



Como o assunto foi tratado na auditoria das DFs?
(procedimentos)

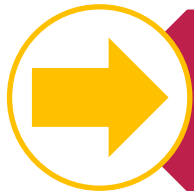
Assuntos que não devem ser incluídos na seção de PAAs



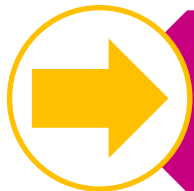
OBJETIVO: dar proeminência adequada no relatório

SEÇÃO PAAs: fazer referência cruzada para seção específica

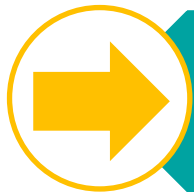
Quando não deve ser divulgado um PAA?



Lei ou regulamento não permitem



Comunicação traz consequências adversas importantes



Auditor emitir relatório com abstenção

Casos extremamente raros

Julgamento profissional

Representação por escrito

Comunicação às autoridades competentes

Número de PAAs a incluir no relatório?



Redação dos PAAs



- ✓ Específica para cada cliente
- ✓ Baseada em fatos
- ✓ Detalhes suficientes
- ✓ Informação relevante
- ✓ Concisa e livre de jargão técnico
- ✓ Clara e compreensível



- ✗ Riscos genéricos
- ✗ Redação genérica
- ✗ Faltando detalhe
- ✗ Textos padronizados
- ✗ Para qualquer entidade deste setor

Assuntos que podem ser PAAs

[1/3]



ÁREAS DE MAIOR RISCO DE DISTORÇÃO RELEVANTE OU RISCOS SIGNIFICATIVOS

Julgamento significativo
da Administração

Transações significativas
não usuais

Impairment de ativos não-financeiros
(Pirapora)

Plano de pensão

Realização dos ativos indenizáveis da
concessão

Arrendamento financeiro (Piratininga)

Assuntos que podem ser PAAs

[2/3]



ÁREAS QUE EXIGEM JULGAMENTO SIGNIFICATIVO DO AUDITOR

Envolvem maior grau de complexidade

Maior julgamento da administração

Políticas contábeis críticas

Estimativas, especialmente as que apresentem alta incerteza

Divulgações

Assuntos que podem ser PAAs

[3/3]



FATOS OU TRANSAÇÕES COM EFEITO SIGNIFICATIVO SOBRE AS
DFs OU SOBRE A AUDITORIA

Riscos de controle e
de negócio

Falha no controle interno
Litígios fiscais, cíveis e
trabalhistas
Ambiente regulatório (Aneel)
Transações com partes
relacionadas
Going concern

Atual situação econômica

Impairment
Risco de crédito
Cláusulas restritivas
(covenants)
Novas estruturas de
financiamento
Going concern



4.1 Principais Assuntos de Auditoria (PAA) - Emae

Realização e valorização dos ativos financeiros da concessão (Nota explicativa XX)

Descrição do assunto	Como o assunto foi tratado
De acordo com a Lei 12.783 de 11 de janeiro de 2013, no momento da renovação da concessão, os ativos da concessão devem ser revertidos para a União, mediante indenização. A renovação das usinas hidrelétricas da Companhia X ocorreram em X de XX de 201X. A Administração da Companhia apresentou para a Aneel em X de XX de 201X a relação dos investimentos na ordem de R\$ XX mil a valor líquido contábil. Até 31 de dezembro de 2016, o valor da indenização estava em processo de definição pelo poder concedente. O valor da indenização será determinado por meio de fiscalização para determinar os ativos indenizáveis e apuração do valor novo de reposição ("VNR") desses ativos. Até a definição dos valores a serem homologados pela Aneel poderão ocorrer perdas que serão reconhecidas quando vierem ao conhecimento da Administração da Companhia. Adicionalmente, a Companhia possui R\$ XX mil relacionados a investimentos realizados após 31 de dezembro de 2012 e serão recuperados a partir dos reajustes e revisão tarifária no estabelecimento de uma nova Receita Anual de Geração ("RAG"). A Administração da Companhia avaliou que os investimentos foram realizados em caráter prudencial, porém estão sujeitos a aprovação e fiscalização da ANEEL. As técnicas de valorização deste ativo financeiro são relevantes e podem ter <u>impactos</u> significativos sobre as demonstrações financeiras da Companhia.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram: - Avaliação dos controles internos relativos a identificação e valorização dos ativos que foram sujeitos a reversão para a União; - Obtivemos a composição dos gastos que formaram os ativos revertidos para a União e realizamos procedimentos de inspeção física nas localidades e também selecionamos itens para testes documentais para verificar a precisão da formação do custo do ativo; - Confrontamos a composição dos custos dos ativos com a documentação encaminhada aos órgãos reguladores e indagamos e inspecionamos as comunicações realizadas pela Aneel e a Companhia; - Avaliamos e questionamos, com a utilização de nossos especialistas, a razoabilidade das principais premissas utilizadas pela Companhia para calcular o valor novo de reposição, tais como: XXX - Verificamos a adequação das divulgações realizadas.

Contrato de arrendamento mercantil financeiro da Usina ABC (Nota explicativa XX)|

Descrição do assunto	Como o assunto foi tratado
A Companhia possui um contrato de arrendamento mercantil financeiro vigente até XX de XX de 20XX da usina ABC com a Companhia Y cujo montante registrado a valor presente em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ XX mil. A usina ABC é um ativo da União e possui um contrato de concessão atrelado a esse ativo. O contrato de concessão entre a Companhia Y e a União encerrou-se em XX de XX de 20XX e aguarda-se a manifestação da União sobre a renovação da concessão, sendo que houve a continuidade da operação em caráter especial desde o encerramento da concessão até 31 de dezembro de 2016. As técnicas de valorização e realização deste ativo financeiro são relevantes e podem ter impactos significativos sobre as demonstrações financeiras da Companhia.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram: - Avaliação dos controles internos relativos a valorização dos ativos arrendados; - Recalculamos o valor do arrendamento financeiro com base nas premissas determinadas no contrato de arrendamento em 31 de dezembro de 2016. - Realizamos testes documentais sobre os recebimentos semestrais por parte da Companhia. - Avaliamos e questionamos, com a utilização de nossos especialistas, a razoabilidade das principais premissas utilizadas pela Companhia para calcular o valor de indenização, tais como: metodologia empregada pela Administração, razoabilidade dos valores e vida útil. - Indagamos e inspecionamos as comunicações realizadas pela Aneel e a Companhia - Verificamos a adequação das divulgações realizadas.

Plano de pensão (Nota explicativa XX)

Descrição do assunto

A Companhia X possui passivo atuarial decorrente de planos de benefícios definido de R\$ XX em 31 de dezembro de 2016, contendo um passivo de R\$ XX deduzido do ativo atuarial de R\$ XX. Estimativas significativas são preparadas para a valorização do passivo atuarial relacionado ao plano de pensão. Pequenas variações nas premissas e estimativas utilizadas na valorização do passivo atuarial poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

Como o assunto foi tratado

Nossos procedimentos de auditoria incluíram:

- Avaliação dos controles internos relativos às informações dos beneficiários e na revisão do cálculo do passivo atuarial;
- Avaliamos e questionamos, com a utilização de nossos especialistas, a razoabilidade das principais premissas utilizadas pela Companhia para calcular o passivo atuarial, tais como: taxa de desconto, taxa de inflação, salários e premissas de expectativa de vida.
- Confirmamos por meio de respostas de circularização a existência dos ativos financeiros do plano de pensão.
- Verificamos a adequação das divulgações realizadas.

Impairment de ativos não financeiros (Notas explicativas XX e XX)

Descrição do assunto

A Companhia possui saldo significativo de investimento na subsidiária integral ABC nas demonstrações financeiras individuais e de ativo imobilizado nas demonstrações financeiras consolidadas de R\$ XX e R\$ XX. Por conta da paralisação nas suas operações devido a uma quebra de equipamento em uma das suas unidades, bem como o aumento das taxas de juros, esses fatores internos e externos indicaram uma possível perda no valor recuperável de ativos não financeiros e desta forma, a Administração realizou teste de recuperabilidade desses ativos utilizando fluxos de caixa descontados baseados em determinadas premissas. A avaliação da recuperabilidade dos ativos requer julgamento significativo e o risco que a valorização dos ativos pode estar incorreta por qualquer potencial erro no cálculo do teste de recuperabilidade poderia ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

Como o assunto foi tratado

Nossos procedimentos de auditoria incluíram:

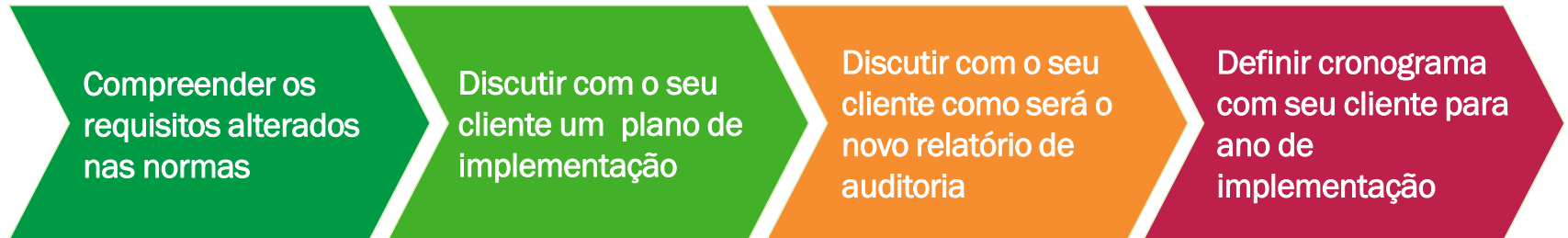
- Avaliação dos controles internos relativos à elaboração do teste de recuperabilidade dos ativos da subsidiária ABC;
- Avaliamos e questionamos, com a utilização de nossos especialistas, a razoabilidade das principais premissas utilizadas pela Companhia para teste de recuperabilidade dos ativos, tais como: taxa de desconto, quantidade e preço de venda de energia, continuidade da operação e gastos para reparação dos equipamentos.
- Verificamos a adequação das divulgações realizadas.



5. Implementação

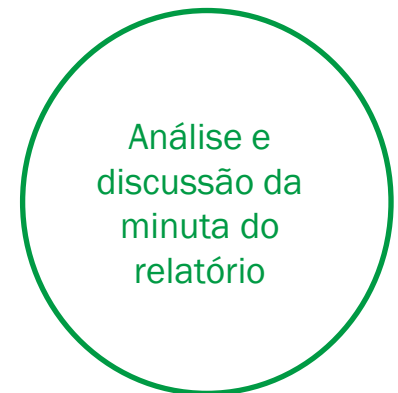
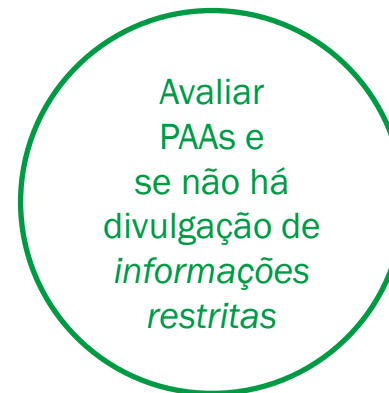
Implementação

Ações necessárias



Auditor

Comitê de auditoria
Conselho de Administração



Implementação

Antecipar a identificação e
a redação dos PAAs



Antecipar o processo de implementação da nova norma



6. Modelo do novo relatório

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos acionistas da Companhia ABC [ou outro destinatário apropriado]

Opinião¹

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia ABC ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 20X1 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia ABC em 31 de dezembro de 20X1, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1

A opinião surge na primeira seção do relatório do auditor, a menos que uma ordem diferente seja especificada por leis ou regulamentos locais.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". **Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas².** Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

2

Obrigado a declarar a independência.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (cont.)

Incerteza significativa relacionada à continuidade operacional³

Chamamos a atenção para a Nota XX às demonstrações contábeis, que indica que a Companhia incorreu em um prejuízo de R\$ _____ mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 20X1 e, naquela data, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo em R\$ _____ mil. Conforme apresentado na Nota 6, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na referida nota, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade da Companhia de manter sua continuidade operacional. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

3

Nova seção relativa a incerteza significativa e a fatos ou condições capazes de gerar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da entidade.

Principais assuntos de auditoria⁴

Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

(Descrição de cada um dos principais assuntos de auditoria, de acordo com a NBC TA 701)

4

Descrição dos principais assuntos de auditoria (obrigatória para entidades listadas apenas).

Não colocar essa seção, se o auditor emitir relatório com abstenção de opinião.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (cont.)

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor ⁵

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório ⁶.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito ⁷.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis ⁸

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

5

Nova seção definindo as responsabilidades da administração e do auditor para outras informações.

Não colocar essa seção, se o auditor emitir relatório com abstenção de opinião

6

Declaração que a opinião do auditor não abrange as Outras Informações.

7

Declaração que descreva a distorção relevante não corrigida em outras informações.

8

Descrição revista das responsabilidades da administração, incluindo uma descrição das responsabilidades para continuidade operacional.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (cont.)

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis⁹

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

9

Descrição revista das responsabilidades do auditor, incluindo descrição das responsabilidades para continuidade operacional.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (cont.)

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (cont.)

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública de um assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação poderiam, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (cont.)

[Local (localidade do escritório de auditoria que emitiu o relatório) e data do relatório do auditor independente]

[Nome do auditor independente (pessoa física ou jurídica)]¹⁰

[Nome do profissional (sócio ou responsável técnico, no caso de o auditor ser pessoa jurídica)]

[Números de registro no CRC da firma de auditoria e do profissional que assina o relatório]

[Assinatura do auditor independente]

10

Requisito de divulgar o nome do sócio responsável pela auditoria. (Obrigatório para as entidades listadas apenas)

Já é obrigatório no Brasil e continuará a ser.



Obrigado!

José Luiz Ribeiro de Carvalho
Sócio de Auditoria
jcarvalho@kpmg.com.br
+55 (11) 3940-3103

Mário Gomes
Gerente Sênior de Auditoria
mariogomes@kpmg.com.br
+55 (11) 3940-3242

